

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

EDNA TEODORO MOREIRA DO PRADO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E CUIDADORES**

Aracaju SE
2019

EDNA TEODORO MOREIRA DO PRADO

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E CUIDADORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Sociedade de Ensino Superior Amadeus,
como requisito final para obtenção do Grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Professora Dra. Maria Auxiliadora
Santos

Aracaju SE
2019

P896p PRADO, Edna Teodoro Moreira do
O processo de inclusão do aluno com tea na educação
Infantil na perspectiva de professores e cuidadores / Edna
Teodoro Moreira do Prado. – Aracaju, 2019.

41f.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Auxiliadora Santos.
TCC (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) –
Faculdade Fama, 2019.

1. Pedagogia 2. TEA 3. Inclusão 4. Educação infantil
I – Santos, Maria Auxiliadora (orient.) II - Título

CDU: 37 (043.2)

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E CUIDADORES

**EDNA TEODORO MOREIRA DO PRADO¹
MARIA AUXILIADORA SANTOS²**

RESUMO

Este artigo aborda sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) transtorno neurológico que afeta a capacidade de interação social, comunicação verbal e não verbal do aluno. Tem como objetivo geral investigar o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular na educação infantil, em uma escola particular na perspectiva de professores e cuidadores. São objetivos específicos analisar o perfil do aluno da Educação Infantil com TEA segundo cuidadores e professores, comentar sobre o histórico da inclusão do aluno com TEA no ensino regular, compreender a Lei Berenice Piana e os direitos à escolarização das pessoas com TEA e pesquisar sobre as práticas pedagógicas utilizadas com o aluno com TEA. A metodologia utilizada parte da pesquisa bibliográfica inicial, seguida da aplicação de estudo de caso com entrevistas semiestruturadas a 03 professores e 03 cuidadores de alunos com TEA que estudam na educação infantil. São resultados alcançados que é positivo a integração do aluno com TEA na instituição das participantes do estudo, mas a inclusão ainda falta muito para que seja algo efetivo. O trabalho em conjunto dos profissionais da escola está sendo positivo. Conclusões do estudo: os alunos com TEA estão sendo aceitos pelas turmas na qual se encontram. Os colegas de sala não manifestam preconceito nem discriminação com esses alunos especiais. Tanto professoras como cuidadoras estão sendo comunicadas sobre o aluno com TEA e estão sendo orientadas para receber esses alunos.

Palavras-chave: TEA. Inclusão. Educação Infantil.

ABSTRACT

This article deals with Autistic Spectrum Disorder (ASD) neurological disorder that affects the student's ability for social interaction, verbal and nonverbal communication. Its general objective is to investigate the process of inclusion of students with ASD in regular education in early childhood education, in a private school from the perspective of teachers and caregivers. Specific objectives are to analyze the profile of children with ASD according to caregivers and teachers, to comment on the history of inclusion of students with ASD in regular education, to

¹Formanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus. Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: ednafaculdadeamadeus@gmail.com.

² Orientadora do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus. Aracaju, Sergipe, Brasil. E-mail: auxiliadorasantos@uol.com.br.

understand the Berenice Piana Law and the rights to schooling of people with ASD and to research on pedagogical practices used with the student with ASD. The methodology used starts from the initial bibliographic research, followed by the application of case study with semi-structured interviews to 03 teachers and 03 caregivers of students with ASD who study in early childhood education. The results achieved are that the integration of the student with ASD is positive in the institution of the study participants, but the inclusion is still far from being effective. The working together of the school professionals is being positive. Study Conclusions: Students with ASD are being accepted by the current classes. Classmates are not showing prejudice or discrimination with these special students. Both teachers and caregivers are being communicated about the student with ASD and are being guided to receive these students.

Keywords: TEA. Inclusion. Child Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda sobre um tema bastante atual que é a educação inclusiva. Está delimitado na inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil do ensino regular. Tem-se no aluno com TEA a criança que apresenta um distúrbio neurológico que afeta a sua capacidade de interação social, comunicação verbal e não verbal. É o aluno que diante de mudanças na sua rotina apresenta um quadro de medo, ansiedade e irritabilidade. Em decorrência dessas complicações esses alunos apresentam limitações na aprendizagem.

Rege a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a mais recente Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (art. 1º, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania), que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que dentre outras determina no seu art. 27 que o deficiente tem assegurado o direito a educação inclusiva em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, como forma de contribuir para que tenha o máximo possível de desenvolvimento dos seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando sempre seus limites, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A educação hoje, portanto é para todos independente das diferenças, todos têm direito garantido a cursar o ensino regular. Dessa forma, o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular está acontecendo nas escolas brasileiras e têm sido foco de vários estudos nas mais diversas escolas por todo o

país, a exemplo do estudo de Silva et al (2014) sobre o TEA: Estudo de Caso em um Escola Estadual e Chianca; Campos; Campos (2016) que desenvolveram um Estudo de Caso Acerca do Autismo e o Processo de Aprendizagem na Escola EMEF Arthur Bispo do Rosário em Aracaju/SE.

É diante desse cenário atual de inovação na educação ministrada nas escolas de ensino regular, que a questão de pesquisa deste artigo se baseia no seguinte questionamento: De que forma acontece o processo de inclusão do aluno com diagnóstico de TEA na visão de professores e cuidadores?

A fim de responder a pergunta problema o objetivo geral deste TCC foi investigar o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular na educação infantil, em uma escola particular na perspectiva de professores e cuidadores³. São objetivos específicos analisar o perfil do aluno da Educação Infantil com TEA segundo cuidadores e professores, comentar sobre o histórico da inclusão do aluno com TEA no ensino regular, compreender a Lei Berenice Piana e os direitos à escolarização das pessoas com TEA e pesquisar sobre as práticas pedagógicas utilizadas com o aluno com TEA.

A justificativa para a escolha pela temática está no fato de que a inclusão do aluno com transtornos no ensino regular é parte das mudanças da educação, que estão acontecendo com certa dificuldade, mas já é uma realidade nas escolas do estado de Sergipe, nada mais oportuno que conhecer a realidade desse processo de inclusão e assim aprofundar os conhecimentos acadêmicos em mais uma oportunidade de atuação depois da graduação.

Entende-se, também, como sendo relevante depois de formada contribuir com a escola que diante dessa nova realidade precisa contar com profissionais que já tenham conhecimento sobre as demandas de alunos com TEA. Quanto mais estudos sobre o processo de inclusão educacional do aluno com TEA, mais pessoas ficam cientes dessa realidade e passam a se envolver nessa difícil missão da educação.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do estudo se baseia no estudo de caso, com aplicação de entrevista semiestruturada a 03 professores e 03 cuidadores de alunos com TEA que estudam na educação infantil. Esses

³ De acordo com a lei brasileira de Inclusão, em seu artigo 3º, XIII – “pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas”.

responderam a 10 questionamentos subjetivos com a opção de justificativa a resposta dada.

Com o propósito de melhor se posicionar sobre o objeto de investigação desse estudo, ou seja, como acontece a inclusão dos alunos com TEA aconteceu inicialmente foi realizada uma revisão da literatura em fontes bibliográficas disponibilizadas pelo Google Acadêmico considerando artigos datados de 2009 até o ano de 2019. Foi adotado a combinação dos termos (descritores): “histórico da inclusão do aluno com TEA no ensino regular”; “Transtornos do Espectro Autista”, “Lei Berenice Piana e os direitos à escolarização das pessoas com TEA” e “práticas pedagógicas utilizadas com o aluno com TEA”.

Foram encontrados milhares de estudos e livros associados aos descritores aplicados. Diante da leitura dos títulos foram considerados os mais atualizados, mais familiarizados com o tema em estudo e os cujos objetivos se adequam aos desta pesquisa. Nesse sentido foram selecionados autores Silva; Miranda; Bordas (2018); Silva et al (2014); Benini; Castanha (2016); Nascimento; Cruz; Braun (2016); Piloni (2015); Amaral (2016); Correia; Fernandes (2016); Chianca; Campos; Campos (2016); Ferreira (2017); Thompson (2014); Tenente (2017); Monteiro (2016); Sanches; Siqueira (2016); Sant'ana; Santos (2015); Silva (2017); Laskoski; Silva; Souza (2017); Breitenbac; Honnef; Costas (2016); Onzi; Gomes (2015), Silva; Ferrari (2014), entre outros mais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve Análise Histórica da Inclusão do Aluno com TEA no Ensino Regular

Como bem colocam Nascimento; Cruz; Braun (2016) a escola enquanto espaço social assume a responsabilidade de proporcionar interação social e conhecimento, para tanto divide essa responsabilidade com o Estado e com familiares. Tem-se assim, como sendo o principal papel da escola servir de mediador do processo de ensino e aprendizagem para todos, independentemente das condições do aluno. Atualmente, graças a Educação Especial (EE), inclusive a escola está possibilitando ao aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) fazer parte do ensino regular, fato que nem sempre foi assim.

Rege o histórico da EE que até metade do século XIX, as pessoas com TEA e demais deficientes sempre estiveram isoladas e confinadas pelas famílias dentro de casa sem quase nenhum convívio social. Quando acontecia de serem largados nas ruas pelas famílias, junto aos desordeiros, esses eram recolhidos pelas Santas Casas ou ficavam detidos nas prisões (CORREIA; FERNANDES, 2016).

Silva; Ferrari (2014) destacam que durante os anos 50 quase não se falava em EE no Brasil. É somente a partir de 1960 que a maneira de educar os alunos com deficiência passou a ser uma preocupação dos governantes, que se viram mediante cobranças dos movimentos sociais de inclusão, obrigados a focar na criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. Lutava-se pelo direito de que as crianças com deficiência pudessem estudar e integrarem-se no ensino regular junto com as outras crianças.

Acréscimos encontrados nos estudos de Monteiro (2016) falam que nas décadas de 1970 e 1980 surgiram vários movimentos de caráter reivindicativo e urbano para lutar pela implementação dos direitos das minorias sociais, dentre essas os alunos com TEA e demais deficiências.

É durante os anos de 1980 que se constata um aumento cada vez maior de adeptos e de pessoas engajadas nas mobilizações de reconhecimento de direitos das pessoas com TEA. Oportuno deixar registrado neste momento que é durante essa década que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece o dia 2 de abril como sendo o dia Mundial de Conscientização do Autismo (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Destaca-se segundo os trabalhos de Monteiro (2016) e Silva (2017) que um dos movimentos marcantes de reivindicação por inclusão social foi o primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (ENEPD), que aconteceu em Brasília também na década de 80, movimento esse distinguido pelo fato que foi a primeira vez que a pessoa deficiente esteve representada por ela mesma num evento de reivindicação, situação nunca ocorrida antes, vez que esses sempre estiveram representados por um especialista.

O ENEPD favoreceu ao surgimento no Brasil de novas organizações, a exemplo da Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a Federação Nacional de Integração de Surdos da Associação Brasileira de Autismo (Abra), que tem representação no Conselho Nacional de a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB) entidades essas

estruturadas por pessoas com deficiência, que até então se encontravam tuteladas pelo Estado e pelas instituições assistenciais (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Partiu do AIPD, em 1981 a prerrogativa que as pessoas com deficiências podem ser indivíduos não só independentes, como também contribuintes para a sociedade e para os cofres públicos, através de seu ingresso como força de trabalho produtiva para o país, desde que atendidos em suas necessidades básicas (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Para que pudessem se tornar produtivos e independentes, passou a ser necessário e urgente segundo consta em Jannuzzi (2017) à criação para os autistas e demais deficientes, de novas oportunidades e possibilidades para que os mesmos desenvolvessem suas capacidades, de forma tal que mesmo com deficiências esses se integrem efetivamente socioeconomicamente, de forma plena e numa situação e igualdade com as pessoas ditas normais.

A educação no ensino regular passou a ser uma das formas de proporcionar oportunidades de progresso aos autistas. Foi em meio a esse movimento que alguns pais de crianças autistas da cidade de São Paulo fundaram em 1983 a Associação dos Amigos dos Autistas (AMA) que nos dias atuais tem como associados grande parte das instituições nacionais que estão filiadas à Associação Brasileira de Autismo (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

A ABRA é uma associação que atua de forma a integrar, coordenar e representar associações de familiares de autistas, a nível nacional e internacional. De três em três anos essas duas instituições (ABRA e a AMA) promovem o Congresso Brasileiro de Autismo.

No ano de 1988 com a promulgação da Constituição Federal, a instituição do PNE-Plano Nacional de Educação, a Declaração de Salamanca, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e outras mais foi assegurado aos autistas e demais deficientes o direito de serem educadas preferencialmente na rede regular de ensino (LASKOSKI; SILVA; SOUZA, 2017)

No ano de 1989 é instituída a Lei Federal 7.853 que trouxe o apoio aos deficientes nessa sua nova possibilidade de integração social. No que diz respeito à educação no ensino regular garantiu aos autistas e demais deficientes os mesmos benefícios conferidos aos demais educandos. Esses passaram a ter direito ao material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo e ficou garantido o direito de

matrícula nos cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares (LASKOSKI; SILVA; SOUZA, 2017).

Escolas voltadas ao ensino infantil, creches e semelhantes cuja função era cuidar e educar as crianças também passaram a aceitar crianças com autismo ou com qualquer outro tipo de necessidade especial a partir dos primeiros meses de vida. A essas instituições coube proporcionar todos os cuidados necessários à inclusão dos autistas (LASKOSKI; SILVA; SOUZA, 2017).

Passados seis anos da instituição da CF de 1988 e o advento da Declaração de Salamanca, criada durante a Conferência Mundial em Educação Especial, passa ser parte da política de ação em EE brasileira que favorece ao surgimento da educação inclusiva (EI), entendida como a educação para todos, com proposta de disponibilidade de recursos, e condições para responder às especificidades dos alunos, promover a interações entre adultos e crianças/jovens, e outras mais. (LASKOSKI; SILVA; SOUZA, 2017).

Baptista; Silva; Montano (2016, p. 50) comentam que a partir dos anos 90, com proposta de Educação para Todos, que surgiu no âmbito da conferência mundial da UNESCO, que o país se voltou a transformar seu sistema educacional no sentido de acolher a todos, “[...] indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições”. Como foi citado por Laskoski; Silva; Souza (2017) a Constituição Federal de 1988 já assegurava o direito à educação para todos os brasileiros, só que essa situação não acontecia efetivamente.

Portanto, foi acompanhando o momento mundial de reivindicação pela inclusão escolar, que foi aprovado no Brasil, por meio da Resolução CNE/CEB nº 02/2001 (BRASIL, 2001) a metodologia EE, na qual os sistemas de ensino passaram a admitir todos os alunos, e coube as instituições de ensino organizar-se no sentido de contemplar no quadro de alunos também os com TEA e demais necessidades educacionais especiais, de maneira tal a assegurar uma educação de qualidade a todos independente de qualquer necessidade especial (BENINI; CASTANHA, 2016).

Segundo preconiza a Declaração de Salamanca, o marco maior e um dos principais documentos mundiais elaborados que dispõe sobre a inclusão social, a EI não focalizar a deficiência da pessoa, ela enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem. A EI não se preocupa com a origem de um problema do aluno, mas considera que é a escola que deve buscar disponibilizar recursos e apoios para que o mesmo obtenha sucesso escolar. A EI pressupõe que

o aluno deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, e cabe a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (LASKOSKI; SILVA; SOUZA, 2017; SILVA; MIRANDA; BORDAS, 2018).

Nesse sentido, Silva; Ferrari (2014) explicam que para que exista EI é necessário que haja adaptação e transformação por parte da escola e da sociedade, não dos autistas ou demais alunos especiais. Não admite que a escola continue a ser um lugar de padronizações, onde prevalecem as características ditas normais.

7. Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (BREITENBAC; HONNEF; COSTAS, 2016).

Para que se verifique se a escola garante ou não práticas inclusivas em salas de aula aos alunos TEA e demais deficiências considera-se, conforme consta em Silva; Miranda; Bordas (2018) infraestrutura da escola, da sala de aula e seu mobiliário, do material didático, da formação e capacitação dos professores e demais serviços de apoio humano, também a oferta de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas.

Conforme exposto por Benini; Castanha (2016) até o momento a legislação Brasileira, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem se voltado para EI. Oportuno comentar ainda considerando estes mesmos autores, que a metodologia EE na atualidade tem tido a necessidade da integração de conhecimentos vindos de diversas outras ciências, e tem procurado seguir orientações de diferentes áreas de conhecimento, principalmente no trato ao aluno com TEA e demais deficiência intelectual.

Hoje a luta por melhores condições para o aluno especial já garantiu para algumas escolas serviço especializado e acompanhamento aos alunos com TEA e demais deficientes. São salas de recursos, acompanhamentos de cuidadores, de instituições especializadas num período de contra turno ao do ensino regular. Muita coisa ainda precisa acontecer, mas a EE é mais realidade hoje que no passado.

De mais recente temos a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) instituída em 2015, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da

vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio também ao aluno autista. Proíbe as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços.

Muita coisa que está assegurado na legislação está em andamento no que diz respeito a história da Educação Especial e dentre esses como visto a dos alunos com TEA.

2.2 Algumas Considerações Sobre o Significado dos Transtornos do Espectro Autista (TEA)

O TEA se apresenta como sendo um distúrbio que afeta o desenvolvimento humano. Algo relacionado com o neurodesenvolvimento, que se manifesta na infância e compromete o desenvolvimento das funções associados aos comportamentos estereotipados e na área de comunicação e interação social (NASCIMENTO; CRUZ; BRAUN, 2016; SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Segundo consta no Manual de Diagnóstico e Estatístico da Sociedade Norte-Americana de Psiquiatria o DSM-V da *American Psychiatric Association* (2014) o diagnóstico do TEA é essencialmente clínico. Baseia-se nos sinais e sintomas e leva em conta os critérios estabelecidos pelo CID-10 (Classificação Internacional de Doenças da OMS).

Quem primeiro comentou que o autismo não era uma psicose foi o médico Leo Kanner em 1943, no seu artigo “Alterações Autísticas do Contato Afetivo”, estudo esse que enfatizou ser o principal sintoma do autismo o “isolamento autístico” descrito como sendo um distúrbio que torna a criança inapta a se relacionar (FERREIRA, 2017).

Consta em Silva (2017) que o conceito de espectro autista surgiu no ano de 1979 pela psiquiatra inglesa Lorna Wing e a psicóloga Judith Gould que perceberem dificuldades na socialização, imaginação e comunicação em crianças. O TEA dessa forma vem do sinônimo de contínuo, representa um contínuo de prejuízos com intensidades de graus que vão de leve a grave, afetados nas áreas da comunicação social, e padrões comportamentais restritivos e repetitivos.

Desde que foi descoberto até os dias atuais à ciência busca novos entendimentos relacionados ao TEA, pois são muitas as questões sobre esse transtorno que se encontram sem respostas, principalmente sobre as causas que justificam a manifestação do mesmo (SILVA, 2017; FERREIRA 2017; THOMPSON, 2014).

Ferreira (2017) e Thompson (2014) comentam em seus estudos que até 1960 o autismo só era identificado quando se tratava de caso bem grave. No ano de 1994, novos critérios de diagnóstico foram divulgados pela Associação Americana de Psiquiatria o autismo de alto nível funcional, que até então não existia passou a ser parte das estatísticas de incidência dessa doença.

Sabe-se que fatores emocionais não levam as crianças a se isolarem. Também é conhecido que fatores biológicos estão presentes em grande parte dos casos de autismo, porém conforme consta em Ferreira (2017) se existe um marco biológico específico desse transtorno, esse ainda não foi encontrado. Situação essa que reduz os recursos instrumentais para o diagnóstico do mesmo.

Como a etiologia, ou seja, a causa do TEA não está clara Onzi e Gomes (2015) comentam que normalmente os pais podem apresentar sentimentos negativos em vista da necessidade de busca por respostas. Negar a doença é um comportamento comum quando do diagnóstico de autismo, principalmente pela dor e pelo futuro incerto que o TEA traz para a criança.

Verifica-se que a depender do nível das alterações que a criança apresenta é possível perceber os sinais desse transtorno quando a criança tem três anos, mais pode acontecer de já nos primeiros meses de vida se identificar indícios do transtorno. Como já foi dito não existe muita certeza no que causa o TEA, mas já é reconhecido que consiste numa síndrome ou transtorno que tem maior incidência em crianças do sexo masculino, independente de raça, origem, ou situação econômica (SILVA, 2017; FERREIRA 2017; THOMPSON, 2014).

Sanches e Siqueira (2016, p.172) também observam que o TEA é uma incógnita para estudiosos e pesquisadores, e citam que pesquisas recentes apontam que a presença de fatores genéticos e neurobiológicos podem estar associados a esse transtorno. São as ditas “[...] anomalia anatômica ou fisiológica do Sistema Nervoso Central; problemas constitucionais inatos, predeterminados biologicamente”. Também são citados como causa a presença de fatores de risco psicossociais.

Dentre os sinais do TEA que podem ser percebidos por familiares, nas interações sociais e na escola está o fato que a criança não desperta o interesse em se relacionar com outras pessoas, ela não responde quando é chamada mesmo citando seu nome fica claro que ela age como se não estivesse escutando. Não tem o hábito de manter contato visual o olhar fica quase sempre ausente (TENENTE, 2017).

O manual DSM-V cita como características do TEA a presença de déficits clinicamente significativos e persistentes na comunicação social e nas interações sociais, manifestadas de todas as formas a exemplo de déficits expressivos na comunicação não verbal e verbal usadas para interação social, falta de reciprocidade social e incapacidade para desenvolver e manter relacionamentos de amizade apropriados para o estágio de desenvolvimento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

O DSM-V também aponta como sendo características do TEA a manifestação de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos duas das maneiras, sendo pela manifestação de comportamentos motores ou verbais estereotipados, ou comportamentos sensoriais incomuns, excessiva adesão/aderência a rotinas e padrões ritualizados de comportamento e interesses restritos, fixos e intensos. destaca-se segundo o DSM-V que os sintomas devem estar presentes no início da infância, mas podem não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam o limite de suas capacidades.

No estudo de Sanches; Siqueira (2016, p.172) são citados alguns sinais encontrados em alunos com TEA:

Comportamento inapropriado em diferentes situações para a idade; dificuldade de relacionamento com as outras pessoas; riso inapropriado; pouco ou nenhum contato visual; insensibilidade à dor, aparentemente; preferência pela solidão; rotação de objetos; fixação em objetos de forma inapropriada; hiperatividade ou inatividade extrema; inexistência de resposta aos métodos normais de ensino; perseverança pela repetição de movimentos e palavras; resistência a mudanças de rotinas; ausência de medo ao perigo real; dificuldade de expressar as suas necessidades; irregularidade motora.

A dificuldade de falar é algo marcante, da mesma forma que costuma apresentar dificuldade em entender e se fazer compreender. A criança com TEA realiza movimentos repetitivos, da preferencia a gesticular e apontar a fazer uso da

fala. Ela evita contato físico, não é afetiva, resiste a mudanças em sua rotina, não se interessa pelo que acontece ao seu redor e fica claro sua preferência por ficar sozinho. Muitas crianças com TEA se apegam a objetos, como brinquedos. Podem manifestar agressividade com outros que insistem em se aproximar ou consigo mesmo, chegando a se próprio machucar (FERREIRA, 2017; THOMPSON, 2014; TENENTE, 2017).

Existe muito preconceito relacionado à criança com TEA. Benini; Castanha (2016) falam do estereótipo associado de pessoa que não demonstra sentimento, que não sorri que não pensa abstratamente, só que essa é uma visão generalizada, que não leva em consideração que as pessoas não são iguais, dessa forma tem vários modos do TEA se apresentar, tem relação com o temperamento, personalidade, as competências, as dificuldades que também variam de uma para a outra.

São variadas as características apresentadas para a presença do TEA. Onzi; Gomes (2015) e Sant'ana; Santos (2015) observam o TEA como um transtorno complexo do desenvolvimento comportamental, com diferentes etiologias que se manifesta em graus de gravidade variados. Assim, o TEA é compreendido como um estado ou uma condição, que parece estar recluso em si próprio.

Onzi; Gomes (2015) falam ainda que o TEA se manifesta em crianças com três anos de idade e causa alterações que afetam a qualidade da comunicação, da interação social e da aplicação da imaginação. Uma tríade de alterações caracterizada por um padrão de comportamento restrito e repetitivo, que afeta a inteligência da criança causando desde retardo mental a níveis acima da média.

Sanches; Siqueira (2016) alertam para o fato que é preciso ter cuidado com o diagnóstico de TEA antes dos três anos, pois caso seja equivocado pode trazer sérios prejuízos à criança. Dessa forma esses mesmos autores recomendam que a avaliação diagnóstica do TEA seja realizada por uma equipe interdisciplinar com ao menos a presença de médico psiquiatra ou neurologista, psicólogo e fonoaudiólogo.

É importante registrar que nem toda pessoa com TEA tem deficiência intelectual, alguns podem até apresentar inteligência normal ou mesmo acima do normal. Existem alunos com TEA com inteligência normal ou acima do normal, como os com inteligência abaixo do normal (ONZI; GOMES, 2015).

Mesmo o TEA não tendo cura e do fato que não se sabe ao certo o que o causa, consiste num transtorno que pode ser trabalhado, reabilitado, modificado e

tratado de forma tal que o TEA pode ter convívio social e frequentar a escola regular. Quanto mais cedo o diagnóstico melhor para quem cuida e para a pessoa com TEA (FERREIRA, 2017; THOMPSON, 2014; ONZI; GOMES, 2015; TENENTE, 2017; SANT'ANA; SANTOS, 2015). Hoje o mesmo tem todo um suporte garantido por lei que parte do advento da Lei Berenice Piana.

2.3 Particularidade da Lei Berenice Piana Relacionadas aos Direitos à Escolarização de Pessoas com TEA

Para garantir o tratamento e assegurar os direitos da pessoa com TEA existe no país a Lei 12764/12, ou Lei Berenice Piana, instituída graças aos esforços de uma mãe com filho com esse transtorno que com muita dificuldade financeira conseguiu ajudar seu filho a se desenvolver com o tratamento que o mesmo necessitava (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

A Sra. Berenice Piana lutou muito e mobilizou muitas outras mães de autistas para a instituição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Instituída no dia 27 de dezembro de 2012 pela então presidenta Dilma, a Lei 12764/12 garantiu direitos, benefícios e principalmente reconheceu o aluno com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (AMARAL, 2016).

O inciso III, do art.3º da Lei 12764/12, instrui sobre o acesso a ações e serviços de saúde, que são disponibilizados para atender de forma integral todas as necessidades de saúde. Ao aluno com TEA é garantido o direito ao acesso psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, entre outros (BRASIL, 2012).

Todos os medicamentos que são necessários para que o aluno com TEA possa ter melhor qualidade de vida são distribuídos facilmente e de forma gratuita pelo governo federal. Tem direito a nutrição adequada e a terapia nutricional. E principalmente tem direito a ter seu diagnóstico confirmado ou não, todas as informações necessárias para ajudar no diagnóstico e no tratamento estão garantidas pela Lei 12764/12 (BRASIL, 2012).

É dever do estado zelar pela saúde, moradia protegida, mercado de trabalho, tanto que aos autistas é dado o direito a educação da mesma forma que ao ensino profissionalizante. O autista desde que comprovado seu diagnostico tem direito a previdência social e à assistência social. Segundo Amaral (2016) são os

incisos I e II, do §1º, do Art. 1º, que trazem as considerações necessárias para caracterizar a pessoa com TEA, seria dessa forma a pessoa com:

- a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e,
- b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

No que diz respeito à educação rege a Lei Berenice Piana, conforme explicações de Amaral (2016) que é dever da escola promover todas as condições para que as pessoas com deficiência sejam incluídas nas suas dependências e apresentem progressos nos seus quadros clínicos.

Recentemente, no ano de 2014 a Lei Berenice Piana foi regulamentada com base no Decreto nº. 8.368/14 e conforme ressalta Piloni (2015) passou a garantir à obrigatoriedade das instituições de ensino público regular de garantirem o acompanhante especializado ao estudante autista que daquele necessite. Por tanto, o acompanhamento de um cuidador é o mais recente benefício garantido ao aluno TEA.

Como rege o art. 3º da Lei no 12.764, de 2012. § 2º desde que fique comprovado que aluno com TEA necessita de apoio para que realize “[...] atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais”, é dever da escola disponibilizar ao aluno que estiver matriculado nas suas dependências com TEA ou com qualquer outra deficiência o acompanhante especializado (PILONI, 2015).

Como pode ser observado mediante as conquistas do individuo com TEA, para ser parte do ensino regular esses necessitam de que o ambiente escolar lhe oportunize uma variedade adaptações e estímulos como forma de obterem progressos tanto de ordem educacional e social. São as adaptações e os estímulos que vão possibilitar ao aluno com TEA progredir e responder melhor de forma que passe a apresentar diferenças de comportamento acabando dessa forma com muitas angústias que possam ter (PILONI, 2015; AMARAL, 2016; SANT'ANA; SANTOS, 2015).

A legislação nacional relacionada ao trato com TEA avançou significativamente em termos jurídico-normativos tanto no sentido de dar mais dignidade e para assegurar a inclusão escolar dos mesmos e demais pessoas com deficiência. Como visto a Lei Berenice Piana garantiu avanços significativos de ordem pedagógica no sentido que a educação do aluno com TEA se apresente realmente inclusiva. É preciso comentar que muita coisa precisa realmente acontecer, a legislação existe, mas as dificuldades de inclusão do indivíduo com TEA e demais deficientes são muitas (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

Somente com práticas pedagógicas voltadas à inclusão e o respeito à diversidade será possível obter ganhos relacionados à inclusão escolar de crianças com TEA e demais deficiências. Conforme afirmam Sant'ana; Santos (2015) e Piloni (2015) sem a intervenção pedagógica correta, esses alunos poderão ser discriminados, excluídos do ambiente escolar.

É, portanto, considerando tudo que foi comentado nesse referencial que é a partir da educação especial e do suporte da lei nacional e internacional, dentre essas a Lei Berenice Piana que os alunos com TEA passam a participar do ensino regular.

2.4 Os Processos de Inclusão no Ensino Regular do Aluno Com TEA

Como o breve histórico mostrou durante muito tempo preconizou no país uma história de exclusão escolar das pessoas com deficiência. Alegava-se incapacidade dos estudantes com deficiência de acompanhar os demais alunos. Porém com o passar da história, o aluno com TEA obteve muitas conquistas no que diz respeito aos seus direitos a educação. A sua inclusão no ensino regular está acontecendo, mesmo de forma lenta, mas está acontecendo (MANTOAN, 2015).

Como foi comentado, embora a lei assegure o direito à matrícula na escola sem qualquer discriminação e com gozar de todas as oportunidades que esse ambiente precisa lhe ofertar, muito pouco tem sido feito. A preconizada Educação Especial com foco na Educação Inclusiva idealizada principalmente na Constituição Federal ainda precisa rever suas concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, de forma tal que realmente todos os alunos, independente do tipo de necessidade que venha a apresentar, todos

precisam ter possibilidades de desenvolverem suas potencialidades ao máximo (COSTA, 2017).

Para que isso aconteça Costa (2017) comenta sobre as mudanças que devem ocorrer no espaço escolar. Para acolher o aluno com TEA é preciso mais organização. O espaço escolar precisa ser organizado, planejado e sistematizado de tal forma que oferte as condições que oportunize aos alunos, independentemente de suas peculiaridades e das suas deficiências, promovendo um ensino de qualidade para todos.

Araújo (2015) também observa que a inclusão do aluno com TEA no ensino regular ainda requer que muitas mudanças sejam efetivadas na dinâmica interna das escolas. São mudanças nas instalações físicas, na prestação de serviços especializados condizentes com as especificidades dos alunos atendidos, mais realidade das garantias e direitos preconizados pela legislação. Muita coisa ainda está no papel, mas não na realidade dessas crianças.

Como foi dito as vitórias são muitas, mas ainda é preciso muito mais. Para que realmente aconteça à inclusão do aluno com TEA no ensino regular Araújo (2015) é preciso que aconteça a interação desse aluno com as outras crianças, uma vez que são crianças que apresentam muitas dificuldades de socialização, em vários níveis de gravidade. Combater o *bullying*, visto como principal forma de preconceito no ambiente escolar também é fundamental para que aconteça a inclusão.

Silva e Ferrari (2014) considera ser uma infelicidade o fato que a escola regular não foi planejada para acolher a diversidade. Consiste numa instituição padronizada que foi criada para atender a um padrão que ó tem gerado segregação e exclusão. O comenta sobre o porquê do processo inclusivo ainda não estar acontecendo na maioria das escolas do país e explica que há por parte dos educadores muita dificuldade em trabalhar com a diversidade, falta enfrentamento do novo e do desconhecido.

É grande a falta de comprometimento dos professores com a inclusão do aluno com TEA. Muitos estão deixando a responsabilidade de educar o aluno autista para outros profissionais. Falta compromisso e o reconhecimento do valor das diferenças e a riqueza que elas proporcionam ao desenvolvimento de cada um dos alunos e ao crescimento profissional dos educadores (SILVA; FERRARI, 2014).

Mantoan (2015) no que diz respeito à educação do aluno com TEA são as escolas que têm de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o

direito de aprender, de estudar nelas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, disponível em Brasil (2008) fala sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deve ser disponibilizado nas escolas de ensino regular para o aluno autista.

Segundo Brasil (2008) o AEE consiste num serviço da EE indicado para identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, cujo propósito é ajudar o aluno autista e com demais deficiências a eliminar possíveis barreiras para a sua plena participação e inclusão educacional, dessa forma é pensada a sala de recursos multifuncional que devem ser disponibilizadas nas escolas de ensino regular em turno contrário, pois são atendimentos que não substituem a escolarização.

Consta em Brasil (2008, p.17) como sendo conteúdos do AEE disponibilizar ao aluno com TEA programas de desenvolvimento de processos educativos que favoreçam a atividade cognitiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, com o auxílio de monitor ou cuidador para caso seja necessário para dar apoio nas atividades de “[...] higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar”.

São recursos do AEE acessíveis ao aluno com TEA materiais como mesas, cadeiras e armário. Materiais didáticos e pedagógicos como livros, desenhos, mapas, gráficos e jogos táteis entre outros.

A seguir alguns comentários sobre as práticas pedagógicas aplicadas aos alunos com TEA na educação infantil do ensino regular.

2.5 Práticas Pedagógicas Utilizadas com o Aluno com TEA

Cabe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ditar as recomendações sobre a escolarização das pessoas com deficiências no sistema geral de ensino. Conforme consta em Barberini (2016) é a partir da efetividade da atuação do profissional da educação na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais que serão criadas as orientações pedagógicas adequadas para possibilitar a aprendizagem de todos.

As práticas pedagógicas do educador que atua na educação básica requerem que o mesmo se destaque em vários aspectos, dentre esses está o

principal de conhecer sobre as diferentes condições clínicas que causam uma necessidade especial. Há que ter habilidades para planejar, e realizar adaptações e modificações curriculares que garantam uma educação e ensino de habilidades de aprendizagem diferenciadas. Nesse sentido se verifica tem forte relação com a formação do educador (BARBERINI, 2016; CHIANCA; CAMPOS; CAMPOS, 2016).

Para Chianca; Campos; Campos (2016) ao pensar em inclusão não basta apenas pensar em um ambiente inclusivo, com recursos pedagógicos, mas também nas qualidades dos profissionais, pois profissionais com especialização e devidamente preparados apresentam mais condições para executarem um trabalho com qualidade.

Segundo consta em Faria et al (2018) a escola é fundamental para o desenvolvimento de uma criança com TEA, nesse sentido há que ser realizadas adaptações curriculares e que sejam implementadas ações de manejo e estimulação adequadas, as possibilidades de adaptação e de aprendizagem de um aluno com TEA.

Ainda considerando Faria et al (2018) as adaptações e acomodações curriculares requerem conhecimentos sobre o que seria uma adaptação e acomodação curricular, um currículo sobreposto ou multinivelado para atender as necessidades de um aluno com TEA. Essa situação foi encontrada quando os autores relacionaram no estudo dos mesmos a diferença encontrada entre número de atitudes favoráveis e às ações que foram propostas no questionário e práticas que realmente foram postas em sala de aula, o resultado dessa situação são alunos que podem ter ficado segregados e pouco estimulados quanto às suas potencialidades. É a falta de conhecimento que leva a dificuldade de realmente incluir o aluno com TEA no ensino regular.

A escola necessita se utilizar de diversas estratégias para garantir um mínimo de aquisição de habilidades de aprendizagem e funcionamento adaptativo de alunos com TEA. Faria et al (2018) falam da importância do professor colocar o aluno (a) com TEA sempre que for possível para realizar trabalhos em grupos pequenos de até quatro crianças. Há que fazer uso de métodos alternativos de comunicação com o mesmo para que juntos possam interagir e comunicar-se. a distração deve ser minimizada, nesse sentido os ambientes não devem ter estímulos que distraiam ou que comprometam a atenção e concentração do aluno. As aulas de matemática e de português devem adotar o mesmo currículo dos demais alunos.

nada de estimular os alunos com elogios sobre bons comportamentos do aluno em sala de aula, dentre outras.

Como se sabe e já foi comentado nesta monografia as escolas brasileiras não tem obtido muito sucesso nos processos de inclusão de alunos com TEA no ensino regular dentre outros fatores, pelo despreparo de equipes educacionais para lidar com as alterações de comportamento e com estimulação de habilidades de aprendizagem. Os pais também são citados como despreparados e as demais pessoas que costumam lidar com crianças com TEA. Observa-se conforme consta no estudo de Camargo; Bossa (2012) que o está senso disponibilizado nas escolas de ensino regular ao aluno com TEA são concepções equivocadas de equipes educacionais em relação ao TEA e práticas psicopedagógicas não sustentadas em evidências científicas.

Bem colocado por Matos; Mendes (2014) está o fato que a inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular ainda é algo nova para a realidade dos professores, tanto que tem provocado sentimento de impotência, frustração e angústia, pois são muitas as limitações dos alunos e eles próprios possuem limitações que os estão impedindo de disponibilizar o atendimento individualizado que esses alunos necessitam.

Marques (2011) também comenta sobre o sentimento de despreparo dos educadores para trabalhar em uma sala de aula inclusiva, visto que não recebem treinamento específico para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Para Teixeira et al (2015) toda criança com TEA tem a necessidade de ser estimulada para que venha a se desenvolver. Falam em promover as habilidades de aprendizagem, de reciprocidade sócio emocional, comunicação social, tanto verbal como não verbal, habilidades sociais, interesses variados. As rotinas dessas crianças quando na escola devem ser padronizadas, e a mesma deve estar devidamente estruturada com ambientes que evitem ou contenham eventuais problemas relacionados aos comportamentos estereotipados corporais e gestuais, comportamentos agressivos e autoagressivos, hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, dentre outros.

Só que para tanto os educadores devem estar preparados para atender e garantir uma educação de qualidade aos alunos com TEA e demais deficiências. Para que possam ter acesso ao currículo, há que se rever as praticas atuais de

ensino, que ainda estão antigas e o educador há que se mostrar disposto a acolher novos saberes (ZANELATO; POKER, 2012).

As políticas educacionais atuais se mostram medidas saneadoras de problemas, e as ações realizadas não são eficazes para garantir a formação inicial de professores, com a qualidade necessária, nesse sentido a formação de professores baseada no paradigma inclusivo dos deficientes intelectuais necessita potencializar a autonomia, fomentar a criatividade e a iniciativa de ensinar através de novas estratégias, recursos e metodologias (POKER; MELLO, 2016).

Nesse sentido Salgado; Souza (2017) observam que os alunos não estão sendo acolhidos na escola. Os educadores reforçam o direito de todos à educação escolar e inclusão, mas não há reflexão sobre a complexidade da prática inclusiva. No chão da sala de aula são poucos os educadores que diferenciam a educação especial e inclusão escolar. Há ainda os que acreditam que o termo inclusão escolar deve ser compreendido pelos profissionais que trabalham diretamente com as pessoas com necessidades especiais, físicas, motoras ou intelectuais.

Como foi observado até o momento, muito já se conhece sobre as necessidades para que a inclusão na sala de ensino regular do aluno com TEA. As práticas educacionais devem ser repensadas no sentido de mais respeito às necessidades e particularidades desses alunos, e que lhe seja oportunizado todo o suporte institucional para que isso aconteça.

Como já existe muita compreensão sobre as necessidades do aluno autista é possível pensar ações que sejam colocadas em práticas considerando o quadro de desenvolvimento do aluno. As dificuldades existem e são muitas, mas com força de vontade e empenho a inclusão na rede regular de ensino pode acontecer realmente.

Sobre as práticas pedagógicas voltadas a estimular a inclusão do aluno com TEA de forma tal que o mesmo se torne um sujeito participativo e reflexivo Cunha (2016, p.93) aponta como sendo atividades ideais para estimular as áreas da aprendizagem do aluno:

- Memória, concentração e equilíbrio: em atividades que estimulem a organização do material de trabalho;
- Socialização, direitos e deveres: em exercícios que trabalhem limites e vida prática;
- Organização do pensamento e da linguagem: na ordem de execução das atividades;

- A internalização do papel do aprendente no aluno: em atividades que valorizem a escola e os seus atores;
- Socialização, alteridade, afetividade e inclusão: em atividades com a participação do grupo discente, em atividades de vida prática e durante as refeições com demais alunos.

Cunha (2016) fala ainda sobre a responsabilidade do professor em planejar e desenvolver práticas pedagógicas que estimulem a capacidade de concentração do aluno com TEA incentivando por meio de atividades, jogos e lúdico que o mesmo se torne mais independente e com mais autonomia no dia a dia na escola e em casa. Esse autor cita como práticas pedagógicas que podem ser pensadas para a inclusão do aluno com TEA:

- Atividades para comunicação, cognição e linguagem: livros, jogos coletivos, pareamento de concreto com símbolo, música, desenho, pintura, jogos e atividades que utilizem novas tecnologias digitais e estimulem o raciocínio;
- Atividades para desenvolvimento matemático: blocos lógicos, pareamento do concreto com o simbólico; encaixes geométricos, jogos e atividades que utilizem novas tecnologias digitais, atividades com temas do cotidiano e que estimulem o raciocínio lógico-matemático;
- Atividades para o desenvolvimento motor: exercícios que trabalhem as funções motoras e sensoriais, encaixes diversos, colagem, recorte, atividades físicas, atividades com música e de vida prática;
- Atividades para socialização: atividades esportivas individuais e coletivas; atividades pedagógicas em que o aluno possa compartilhar com a turma o seu saber; atividades que possam ser realizadas por todos os alunos;
- Atividades para o desenvolvimento do foco de atenção: atividades e pesquisas áreas distintas do conhecimento sobre temas que o educando tem interesse; atividades com novas tecnologias digitais, recortes diversos com tesoura, música, arte, desenho, pintura e vida prática (CUNHA, 2016, p.95).

O processo de inclusão do aluno com TEA é difícil, mas está acontecendo aos poucos, mas já é realidade alunos autistas nas salas de aula de ensino regular. Esse estudo, como pode ser observado é sobre a experiência dessa realidade. A seguir os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta etapa do artigo diz respeito aos resultados e discussões obtidas com a aplicação das entrevistas semiestruturadas considerando o objetivo principal de investigar o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular na educação infantil, em uma escola particular na perspectiva de professores e cuidadores.

Para tanto foram consideradas as opiniões de 03 professores e 03 cuidadores. Considerando as informações referentes ao perfil dos participantes do estudo os dados obtidos sobre os professores foram organizados na tabela 1, e na tabela 2, as informações referentes aos cuidadores.

Tabela 1 – Perfil dos Professores Participantes do Estudo

Identificação	Sexo	Idade	Formação	Tempo de Experiência (Em Anos) Como Professor
Professor 1	Feminino	52 anos	Licenciatura em Pedagogia	25 anos
Professor 2	Feminino	47 anos	Licenciatura em Pedagogia e Especialização	24 anos
Professor 3	Feminino	52 anos	Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar	25 anos

Fonte: Dados do Estudo (2019).

Considerando as informações da tabela 1, verifica-se que predominam com 100% os professores do sexo feminino, 67% destes estão com 52 anos de idade, 100% são Pedagogas com bastante experiência na área, visto que o tempo de experiência de 67% das mesmas é 25 anos na área.

Tabela 2 – Perfil dos Cuidadores Participantes do Estudo

Identificação	Sexo	Idade	Formação	Tempo de Experiência (Em Anos) Como Professor
Cuidador 1	Feminino	24 anos	Pedagogia (incompleto)	1 ano e 6 meses
Cuidador 2	Feminino	29 anos	Licenciatura em Pedagogia	1 ano
Cuidador 3	Feminino	40 anos	Licenciatura em Pedagogia	1 ano e 6 meses

Fonte: Dados do Estudo (2019).

Conforme a tabela 2, observe-se que também predomina o sexo feminino (100%) entre as cuidadoras entrevistadas. 67% dessas têm formação em Pedagogia e predominam com 67% as que atuam como cuidadoras há 1 ano e 6 meses e estão na faixa etária dos 24 a 30 anos.

Considerando que as perguntas são idênticas é oportuno analisar os resultados das respostas obtidas de forma simultânea, sendo primeiras as falas dos professores na sequência as das cuidadoras.

Nesse sentido, considerando o perfil das entrevistadas tem-se assim na escola estudada, segundo as tabelas 1 e 2, uma equipe de profissionais com predomínio da formação em Pedagogia, equipe essa na qual os professores apresentam mais tempo de atuação na área.

3.1 Sobre o Processo de Inclusão do Aluno com TEA

Foi perguntado as entrevistadas se foram consultadas sobre a inserção do aluno TEA na turma. Foram respostas obtidas de professoras e cuidadoras:

- Sim, antes do início das aulas do ano letivo (Professor 1).
- Sim (Professor 2).
- Não (Professor 3).
- Não (Cuidador 1).
- Sim (Cuidador 2).
- Sim (Cuidador 3).

Com base nas respostas verifica-se que predominam com 67% as professoras e cuidadoras que foram consultadas sobre a chegada do aluno com TEA. Costa (2017) enfatiza que para a chegada do aluno com TEA na escola há que envolvimento de todos, significa mais organização e mudanças no espaço escolar. Verifica-se que não comunicar ao professor que vai chegar na sala de aula um aluno autista pode significar o despreparo da escola para essa ação.

A pergunta seguinte buscou saber como as entrevistadas tiveram conhecimento de que o aluno com TEA ingressaria na turma. Conforme se observa nas falas a seguir é possível evidenciar que cabe à direção e a coordenação da escola anunciar aos professores e cuidadores sobre o aluno com TEA.

- Pelas suas atitudes (modo como agir e comportamento) (Professor 1).
- Fui comunicada pela coordenação da escola (Professor 2).
- Através da diretora (Professor 3).
- No dia em que voltei das férias fui chamada pela diretora da instituição de ensino e fui informada que cuidaria de uma criança com TEA (Cuidador 1).
- Pela direção quando da entrevista de admissão (Cuidador 2).
- A coordenação informou (Cuidador 3).

Consta em Brasil (2008) que a escola precisa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade no intuito de eliminar eventuais barreiras desse aluno. Tanto professor como educador são recursos a mais da escola e peças essenciais na educação do aluno com TEA no ensino regular.

As respostas obtidas ao questionamento sobre qual seria a opção das entrevistadas caso tivessem a opção de escolher entre receber e não receber esse aluno com TEA são idênticas. Tanto professoras como cuidadoras responderam que receberiam, mas as justificativas são diferentes como pode ser observado nas falas a seguir:

Professoras:

-Recebê-lo. Porque poderei, como professor, auxiliá-lo (a) no modo como interagir com seus colegas e com suas atividades escolares (Professor 1).

-Receberia, porque quando amamos o que fazemos estamos dispostos a qualquer desafio (Professor 2).

-Receber. Porque acho importante a inclusão, o convívio com outras crianças (Professor 3).

Cuidadoras:

- Receberia, porque independente do grau da síndrome, é também importante esclarecer que a criança pode e deve frequentar uma escola normalmente (Cuidador 1).

-Receberia. Vivemos uma época, nos dias atuais, em que todos os ambientes devem trabalhar com inclusão, principalmente no ambiente escolar (Cuidador 2).

-Receberia. Porque o ambiente é importante à criança (Cuidador 3).

Os argumentos descritos são positivos e demonstram que as participantes são adeptas da inclusão no ensino regular. Como bem coloca Cunha (2016) o professor tem grandes responsabilidades na aprendizagem do aluno autista. Há que se envolver e desenvolver práticas pedagógicas de estímulo, incentivo e que sejam oportunas para que o aluno autista se torne mais independente e com mais autonomia no dia a dia na escola e em casa.

Foi oportuno perguntar as entrevistadas se as mesmas já haviam recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com TEA no ensino regular, e caso a resposta fosse positiva que apontassem qual orientação receberam. As respostas das professoras foram unânimes sim. No que diz respeito às cuidadoras, é possível verificar com base nas falas a seguir que não foram orientadas sobre a inclusão de alunos com TEA.

Professoras:

-Sim. Síndrome de Asperger, Transtorno Invasivo do desenvolvimento e Transtorno Autista (Professor 1).

-Sim, mas algo bem superficial, como informações em panfletos e em bate papos (Professor 2).

-Sim. Através de palestras, leituras e etc. (Professor 3).

Cuidadoras:

-Não. Porém quando fiquei sabendo que cuidaria de uma criança com TEA estudei muito para poder me adaptar e trabalhar da melhor forma com essa criança, hoje em dia já fiz curso particular voltado para essa área (Cuidador 1).

-Antes de conhecer o aluno, a orientadora pedagógica e eu tivemos uma conversa na qual ela falou sobre o transtorno e explicou que não havia uma receita para ensinar a uma criança com TEA e que apesar de, por exemplo, duas delas apresentarem o mesmo diagnóstico, elas podem agir de modos diferentes a uma mesma proposta pedagógica. Portanto é necessário conhecer o aluno de forma individual e se moldar a ele (Cuidador 2).

-A informação sobre a inclusão sim, mas orientação não (Cuidador 3).

Embora as professoras tenham respondido que sim, predomina na realidade das escolas do país o mesmo que acontece com as cuidadoras, a ausência de disponibilizar capacitação necessária para a inclusão do aluno com TEA, mesmo com mais de anos de inclusão do aluno especial no ensino regular.

Para Mello (2010) essa falta de capacitação do professor e demais serviços de apoio é um sinal de que a escola não está preparada efetivamente para disponibilizar ao aluno autista práticas inclusivas em salas de aula. A formação e capacitação desses professores para as necessidades do autista ainda é algo que só existe na teoria. Efetivo mesmo só a vaga de matrícula no ensino regular.

Nas respostas obtidas sobre quando um professor ou cuidador recebe um aluno com TEA, quais deveriam ser os procedimentos a serem adotados e se elas teriam alguma sugestão a dar obteve-se:

Professoras:

-Vários, dentre eles procurar elaborar conteúdos dentro do contexto do seu problema (TEA) (Professor 1).

-O professor deveria conhecer todo perfil desse aluno para saber como melhor lidar com ele e buscar sem cessar conhecimento para ajudar a desenvolver suas habilidades e competências dentro do tempo de cada um. Uma das sugestões é conhecer a família para trabalharem parceria (Professor 2).

-Acredito que deveríamos ter o acompanhamento de alguém especializado que pudesse nos auxiliar, nos dar um suporte com sugestões, ideias, orientações (Professor 3).

Cuidadoras:

-Esse aluno irá precisar de um planejamento pedagógico adaptado e de mudanças simples na organização e estrutura da sala de aula. Cada criança com TEA tem suas particularidades, então o professor(a) primeiro precisa saber do que ele mais gosta e quais são as suas capacidades para que possa trabalhar da melhor forma estimulando assim, seu crescimento nos conhecimentos pedagógicos e sociais (Cuidador 1).

-Seria necessário que TEA fosse uma condição mais conhecida entre os profissionais de educação, em especial, o professor. Onde o mesmo fosse, de fato, capacitado para receber o aluno com TEA (Cuidador 2).

-Ser informado, auxiliado e preparado por profissionais capacitados. Como sugestão o momento de preparação do planejamento e atividades com ajuda da equipe pedagógica e ainda ter em sala um auxiliar de aprendizagem (Cuidador 3).

A exceção da professora 3, que respondeu “Acredito que deveríamos ter o acompanhamento de alguém especializado que pudesse nos auxiliar, nos dar um suporte com sugestões, ideias, orientações” e a cuidadora 2 que respondeu “Seria necessário que TEA fosse uma condição mais conhecida entre os profissionais de educação, em especial, o professor. Onde o mesmo fosse, de fato, capacitado para receber o aluno com TEA”, que falam em acompanhamento e uma melhor

capacitação para lidar com o aluno com TEA, predominam com 67% as falas que comentam sobre conhecer as particularidades de cada criança, no ato do planejamento buscar conteúdo condizentes com o contexto social do aluno e suas necessidades individuais. Nessas falas fica evidente que as entrevistadas são a favor dos processos de inclusão.

Costa (2017) faz parte dos autores que entendem que a Educação Especial com foco na EI idealizada principalmente na CF ainda precisa rever suas concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos. A capacitação profissional é uma das maiores falhas.

Chianca; Campos; Campos (2016) também observaram na escola que realizam o estudo que as professoras não estão preparadas para a inclusão do aluno com TEA. As dificuldades são muitas, principalmente pela falta de capacitação e o fato da impossibilidade da família do aluno com TEA poder ajudar.

Foi perguntado na sequência qual a percepção das entrevistadas sobre ter um aluno com TEA antes de passar pela experiência de ter um desses alunos na turma. São falas das participantes do estudo:

Professoras:

-Que seria muito trabalho e difícil de lidar com a situação mas, quando passamos a vivenciar a realidade é totalmente diferente (Professor 1).

-Antes eu não tinha conhecimento pra valer da inclusão, então pensava que esses alunos deveriam estar em uma escola especial e exclusiva para eles, com profissionais preparados (Professor 2).

-De que seria muito difícil lidar (Professor 3).

Cuidadoras:

-Por ouvir falar muito que Autistas são agressivos, a minha percepção era essa, totalmente preconceituosa, hoje com estudo e experiência sei que isso não é regra e que muitas vezes eles ficam agressivos porque a pessoa que está com ele não sabe lidar. Trabalho com um autista muito carinhoso (Cuidador 1).

-Era algo imperceptível para mim, por não ter antes vínculo ou estado próximo, de modo que eu reconhecesse uma criança com TEA (Cuidador 2).

-Na época a falta de informação e o desconhecido gerou medo e insegurança (Cuidador 3).

Predominam as falas a percepção errada, de preconceito, de receio de medo diante do desconhecimento real do assunto. A vivência fez mudar as percepções de 100% das entrevistadas.

Para o questionamento de modo geral, o que você acha da inclusão de crianças com TEA na escola as entrevistadas responderam:

Professoras:

- Não vou dizer que seja normal e sim necessária para que eles possam se socializarem no grupo escolar (Professor 1).
- Acho que é uma grande quebra de paradigmas e uma grande evolução do processo educacional. Hoje vejo como algo muito legal (Professor 2).
- Penso ser de extrema importância assim a criança cresce convivendo com outras crianças o que é muito importante para o desenvolvimento dela e para a sua aprendizagem (Professor 3).

Cuidadoras:

- Acho essencial. Pois todas as crianças tem direito a inclusão, independente de sua deficiência (Cuidador 1).
- Algo muito importante e significativo na vida de quem recebe a ação (Cuidador 2).
- Acho necessária tanto para a criança, quanto para o professor. Mas com a formação de professores, equipe pedagógica e funcionários da escola (Cuidador 3).

As respostas são 100% positivas, falam sobre ser necessário, importante essencial, quebra de paradigma. Mantoan (2015) observa que no que diz respeito à educação do autista são as escolas que têm de mudar e não os alunos, para que estes tenham assegurado o direito de aprender, de estudar nelas. É um direito do aluno com TEA o ensino regular.

As professoras e cuidadoras participantes do estudo foi perguntado se elas acham justo e certo educar o aluno com TEA na escola ou se elas pensam que justo seria ele ter uma educação separada? Por quê? São respostas dadas a esses questionamentos:

Professoras:

- Ao meu ver deveriam ter uma educação separada. Para que eles possam se socializar com pessoas que apresentem o mesmo tipo de problema, pois seria mais justo (Professor 1).
- Acho justo e muito gratificante ter essas crianças entre nós e assim fazemos parte do seu cotidiano e do processo de desenvolvimento de cada um (Professor 2).
- Acredito que é justo e certo educar o aluno com TEA na escola comum, mas que deve também frequentar um espaço em que possa ter um acompanhamento especializado e na escola comum é necessário uma cuidadora especial para auxiliar a professora (Professor 3).

Cuidadoras:

- De acordo com a lei de nº 12.764, intitulada de lei Berenice Piana veio para garantir que nenhuma escola regular possa recusar a matrícula de uma criança com autismo. A lei foi sancionada pela presidente Dilma Russel, a mesma vetou um trecho da lei que permitia uma brecha para o diretor de uma escola regular pudesse recusar um aluno autista afim de que o mesmo fosse educado numa escola especial. Eu acho que não é só possível como é necessário, entretanto terá que ser feito um trabalho bastante comprometido por parte de todos que irão conviver com esta criança, pois terá que ser feita adaptações para que não comprometa o aprendizado da criança autista nem dos seus colegas que não possuem nenhum transtorno (Cuidador 1).

-É justo, certo e necessário que as escolas tenham estrutura suficiente que possibilitem a inclusão desses alunos (Cuidador 2).

-Acho certo na escola regular, desde que haja, a participação da família, de profissionais que ajudem o professor e o aluno. Inclusão de verdade com política pública voltada para essa clientela (Cuidador 3).

Somente a professora 1, não considerou justo e certo educar o aluno com TEA na escola regular, as demais professoras e cuidadoras consideram justo e certo, mas para tanto as escolas necessitam passar por mudanças, mais capacitação para os profissionais, adaptações nas instalações e chegar mais reforço na forma de mais profissionais, mais participação da família que ajudem o professor e o aluno.

Araújo (2015) elenca uma serie de mudanças que precisam ser efetivadas na dinâmica interna das escolas. Cita mudanças nas instalações físicas, na prestação de serviços especializados condizentes com as especificidades dos alunos atendidos, fala da necessidade de mais realidade das garantias e direitos preconizados pela legislação.

Para o questionamento você acha que a inserção do aluno com TEA nas escolas traria algum aspecto positivo para este aluno? Quais? Você acha que traria algum efeito negativo? Quais? Obteve-se:

Professoras:

-Sim. Para saber lher dar com alunos diferenciados, não muito pelo contrário, traria vários benefícios para essas crianças (Professor 1).

-Sim traria um aspecto positivo sim a oportunidade que esse aluno está tendo de estar em uma convivência e vivência com outros. O aspecto negativo é que até todos se adequarem a realidade desse aluno alguns poderão olhar ou tratar com discriminação e preconceito (Professor 2).

-Pela minha experiência é sempre positiva inserção do aluno com TEA, eles desenvolvem a linguagem, interagem com as outras crianças. Acredito que o aspecto negativo é se a criança não for recebida com afeto, cuidado e que seja vista e tratada como (doente). Obvio que o aluno com TEA tem diferenças das outras crianças, mas elas entendem, percebem e vão se adequando, passam a respeitar regras, tudo dentro do limite deles claro (Professor 3).

Cuidadoras:

-A criança autista necessita da convivência com crianças diferentes dela, para poder interagir e se adaptar com o diferente, uma vez que ela estuda numa escola especial, só encontrará iguais a si, terá uma facilidade de convívio, entretanto não estará se preparando para viver numa sociedade normal. Os aspectos negativos é o preconceito que ela enfrentará ao longo do tempo (Cuidador 1).

-Sim. Eles precisam dessa socialização, de modo que todos os colaboradores, colegas de turma, entendam que alunos que possuem TEA, são cercados de limitações e estas precisam ser respeitadas (Cuidador 2).

-Como positivos temos a socialização, autoestima. Como negativos, a irritação o desconforto e até agressão (Cuidador 3).

Todas as entrevistadas responderam que sim a inserção do aluno com TEA no ensino regular é positivo para este aluno, pois proporciona a socialização, a convivência com os demais colegas, o desenvolvimento da linguagem. De negativo é citado à discriminação e preconceito.

Como já existe muita compreensão sobre as necessidades do aluno autista é possível pensar ações que sejam colocadas em práticas considerando o quadro de desenvolvimento do aluno. As dificuldades existem e são muitas, mas com força de vontade e empenho a inclusão na rede regular de ensino pode acontecer realmente (CUNHA, 2016).

Costa (2017) enfatiza que agora a lei assegura o direito à matrícula na escola sem qualquer discriminação e com gozar de todas as oportunidades que esse ambiente precisa lhe ofertar. Entende-se que cada vez mais o aluno especial será uma realidade nas salas de aula do ensino regular. E educação especial será algo remoto de acontecer.

O último questionamento buscou saber se as entrevistadas acham que a criança com TEA foi ou não aceita pela turma. Também se elas acham que vai acontecer alguma coisa com ela na turma e se a inserção delas terá algum efeito positivo ou negativo para a turma e quais seriam esses efeitos. São respostas das entrevistadas a esses questionamentos:

Professoras:

-Muito bem aceita. Ela irá interagir com os demais colegas, associando seus conhecimentos, não há negatividade nenhuma (Professor 1).

-Foi aceita sim, com um tempo todos colaboravam para incluir e cuidavam também. Essa criança passou a participar junto aos outros das atividades e eventos. E o efeito positivo para turma foi quando todos passaram a respeitar esse aluno com suas diferenças. O aspecto negativo ocorre quando a professora tem que trabalhar esse aluno, sozinha em sala de aula acaba prejudicando o andamento das atividades dos demais alunos (Professor 2).

-Até hoje não tive nenhum problema da turma rejeitar, excluir ou não aceitar o aluno com TEA, ao contrário os coleguinhas gostam, são cuidadosos, atenciosos, creio que a condução da professora com o auxílio da cuidadora especial façam a diferença também para esse quadro de inserção ter um bom resultado. Eu agradeço a Deus pela oportunidade de trabalhar com crianças com TEA, são seres muito especiais que me ensinam muito. Principalmente a amar (Professor 3).

Cuidadoras:

-No meu caso foi positivo. Já que na escola é comum coleguinhas de outras turmas com TEA e nos sempre trabalhamos a questão de ajudar, cuidar e respeitar, claro que ainda não é como queremos. A turma melhorou no comportamento e até ajudava esperando o momento do colega. O negativo foi dá conta da demanda de atenção, cuidado e realização de atividades sem ajuda. No começo até chorei de angústia (Cuidador 3).

-No começo as outras crianças não entendiam e achavam estranho ele correr muito pela sala, gritar, hoje em dia já entendem e aceitam muito bem ele, até se propõem a ajudar quando ele está muito agitado. Acreditado que com a inserção de uma criança com TEA nessa turma mostrou para as outras crianças que é preciso ter negativo, pelo menos até agora não vi nenhum (Cuidador 2).

-Acompanhar de forma individual o determinado aluno e realizar outras tarefas, que não podem ser prestadas pelo professor (Cuidador 3).

As falas obtidas atestam um ponto positivo do processo inclusivo do aluno com TEA no ensino regular que é a integração e a aceitação dos colegas em sala de aula. Para os demais alunos é normal um coleguinha diferente na turma. 100% afirmaram que foi positivo.

Com base no estudo de Silva et al (2014) o mesmo não acontece, o aluno com TEA prefere ficar sozinho, isolado na biblioteca, interage muito pouco com os demais colegas. O aluno com TEA do estudo de Chianca; Campos; Campos (2016) nos primeiros anos de escola a interação era difícil, fazer com que participasse das atividades com os demais colegas no recreio era quase impossível. O desempenho escolar do aluno era baixíssimo devido à falta de comunicação, agressividade, falta de concentração durante as explicações da professora. Passados 3 anos, já há uma melhora maior no desempenho, e melhora na comunicação, o que tem favorecido a integração.

Com base nos resultados obtidos, entendem-se as respostas como sendo são parecidas tanto professoras como cuidadoras falam em aceitação em crescimento. Verifica-se dessa forma que é positivo a integração do aluno com TEA na instituição das participantes do estudo, mas inclusão ainda falta muito para que seja algo efetivo. O trabalho em conjunto dos profissionais da escola está sendo positivo.

4 CONCLUSÃO

Com respeito ao objetivo de investigar o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular na educação infantil, em uma escola particular na perspectiva de professores e cuidadores, obteve-se que está sendo positiva a inclusão desse aluno nas salas de aula. Tanto professoras como para as cuidadoras o aluno com TEA está sendo bem aceito pela turma que se encontra e está progredindo. Os colegas de sala não estão manifestando preconceito nem discriminação com esses alunos especiais.

Sobre a pergunta de que forma acontece o processo de inclusão do aluno com diagnóstico de TEA na visão de professores e cuidadores, constatou-se que a escola envolve tanto professores quanto cuidadores na atividade de incluir o aluno com TEA. A maioria é comunicada sobre a chegada do aluno com TEA, e recebem alguma orientação sobre o assunto, embora seja algo insuficiente. A pouca capacitação é a fala mais citada durante todo processo de investigação da inclusão do aluno com TEA.

O estudo foi bastante válido e permitiu perceber como acontece a integração do aluno com TEA, mas a inclusão ainda está muito longe de acontecer...ele está sendo integrado e bem aceito. Como sugestão para um trabalho futuro investigar como acontece a capacitação de docentes nas escolas de ensino que vai receber um aluno com TEA na sua sala.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Paula Valentim de. A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista nas classes comuns da rede regular de ensino. **Revista Jus Navigandi**. ano 20, nº4463, 20 set. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42693>>. Acesso em: Setembro, 2019.

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. Lei nº 12.764/2012: Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Portal Jus.Com**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48333/lei-n-12-764-2012-direitos-da-pessoa-comtranstorno-do-espectro-autista>>. Acesso em: Abril, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-V. ed.5ª. Porto Alegre: Artmed; 2014.

BAPTISTA, Claudio Roberto; SILVA, Carla Maciel da; MONTANO, Esli María Monterrosa. **Políticas públicas e educação especial**: uma análise sobre movimentos e tendências no Brasil e na Colômbia. **Revista (Con) Textos Linguísticos**. vol.10, nº15, p.47-62. 2016.

BARBERINI, Karize Younes. A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**. vol.16, nº1, p.46-55, 2016.

BENINE, Viviane; CASTANHA, André Paulo. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: desafios e possibilidades. **Cadernos PDE**. vol.01,p.02-20. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 27 de dezembro de 2012.

BRASIL. Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: Abril, 2019.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação básica.** MEC especial na educação básica. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. SEESP, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 de outubro de 1988.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação Inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação.** vol.24, nº90, p.359-379, abr./jun. 2016.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSSA, Cleonice Alves.. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa.** vol.28, nº3, p.315-324, 2012.

CHIANCA, Marcela Murad Nunes; CAMPOS, Cláudia Lais Costa da Silva; CAMPOS, Anderson dos Santos. Um estudo de caso acerca do autismo e o processo de aprendizagem na escola EMEF Arthur Bispo do Rosário em Aracaju/SE. **Revista do 9º Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional.** vol.9, nº1, p.01-16, 2016.

CORREIA, António Miguel; FERNANDES, Preciosa. Educação Especial: limites e potencialidades da educação inclusiva. **Revista de Educação Interterritórios.** vol.02, nº3, p.25-48, 2016.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular:** análise sobre as práticas pedagógicas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Caicó, 2017.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola:** um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. ed.4ª. Rio de Janeiro: Wak, 2016.

FARIA, Karla Tomaz; TEIXEIRA, Maria Cristina Trigueiro Veloz; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues; AMOROSO, Victor; PAULA, Cristiane Silvestre de. Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. **Revista Educação Especial**. vol.31, nº61, p 353-370, abri./jun. 2018.

FERREIRA, Roberta Flávia Alves. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, na educação infantil**: o desafio da formação de professoras. Dissertação de Mestrado em Educação e Docência. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2017.

LASKOSKI, Tatiane de Oliveira; SILVA, Flavia Vieira; SOUSA, Claudia de Oliveira de. Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão. **REFAF Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Alta Floresta**. vol.6, nº0.2, p.119-135, 2017

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. O que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MANUAL DE DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-V. ed.5ª. Porto Alegre: Artmed; 2014.

MARQUES, Simone de Cassia Moura. **O processo de inclusão e as dificuldades do professor na sua aplicabilidade em sala de aula**. Monografia do Curso de Especialização em Educação. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2011.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementações das políticas educacionais. **Revista Práxis Educacional**. vol.10, nº16, p.35-59, Jan./Jun., 2014.

MELLO, Ana Maria S. Rosa de. **Autismo**: guia prático. ed.6ª. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2010.

MONTEIRO, Raquel Motta Calegari. **A inclusão das pessoas com deficiência: educação no ensino superior brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Sorocaba. Sorocaba, SP, 2016.

NASCIMENTO, Fabiana Ferreira do; CRUZ, Mara Monteiro da; BRAUN, Patrícia. Escolarização de Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo a Partir da Análise da Produção Científica Disponível na Scielo Brasil (2005-2015). **Revista Acadêmica Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. vol. 24, nº. 125, p.01-29. 2016.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno Pedagógico Lajeado**. vol.12, nº 3, p.188-199, 2015.

PILONI, Thiago. Lei Berenice Piana e o acompanhante especializado. **Portal Conteúdo Jurídico**. 18 abr. 2015. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53247&seo=1>>. Acesso em: Abril, 2019.

POKER, Rosimar Bortolini; MELLO, Antônio dos Reis Lopes. Inclusão e formação do professor. **Journal of Research in Special Educational Needs**. vol.16, nº01, p. 619–624, 2016.

SALGADO, Priscila Aparecida Dias; SOUZA, Mariana Aranha. A atitude interdisciplinar como proposta de acolhimento nos processos de inclusão escolar. **Revista Interdisciplinaridade**. vol.01, nº10, p.81-93, 2017.

SANCHES, Isabel Rodrigues; SIQUEIRA, Leni Porto Costa. A inclusão escolar e o transtorno do espectro do autismo. **Revista Comunicações Piracicaba**. vol. 23, nº03 Número Especial, p.167-183, 2016.

SANT'ANA, Wallace; SANTOS, Cristiane. Educação e transtorno do espectro autista. **Revista Temporis**. vol.15, nº2, p.99-114, jul./dez. 2015.

SILVA, Larissa Martins da; RODRIGUES, Maria Marta Nepomuceno; SILVA, Maria Rita da; FRANÇA, Nielson Felix Caetano. **Transtorno do espectro autista: estudo de caso na escola estadual professora maria de lourdes bezerra em Macau-RN**. 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/9986101-Transtorno-do-espectro-autista-estudo-de-caso-na-escola-estadual-professora-maria-de-lourdes-bezerra-em-macau-rn.html>>. Acesso em: Abril, 2019.

SILVA, Marcio Moreira da. Educação Especial na perspectiva Inclusiva: Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. **Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. vol.11, nº35, p.56-66. Abril/2017.

SILVA, Odete Aparecida da; FERRARI, Beatriz Brochado Stramare. **A formação do professor na perspectiva inclusiva: conhecer as necessidades educacionais especiais para transformar**. Artigo Científico do Programa de Desenvolvimento Educacional. Secretaria do Estado de Educação do Paraná. Quatiguá, 2014.

SILVA, Osni Oliveira Noberto da, MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Atendimento educacional especializado, sala de recursos e tecnologias assistivas: a tríade da educação inclusiva. **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-Graduação Em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina**. vol.12, nº21, p.267-281, Jan/Jun, 2018.

TENENTE, Luiza Bonemer. **A visão da escola sobre a inclusão de crianças com autismo**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, M.C.T.V.; SILVA, N. A.; BARALDI, G.S.; EMERICH, D.R.; MILAN, E.; CARREIRO, L. R. R. Intervenções em sala de aula com alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. In: DIAS, N.M.; MECCA, T.P. (Org.). **Contribuições da**

neuropsicologia e da psicologia para intervenção no contexto educacional. São Paulo: MEMNON, 2015.

THOMPSON, Travis. **Conversa franca sobre autismo:** guia para pais e cuidadores. Campinas: Papirus, 2014.

ZANELATO, Daniella; POKER, Rosimar Bortolini. Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.** vol.7, nº1, p.147-158, 2012.

Apêndice A – Roteiro Entrevista Semiestruturada – Professor

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PROFESSOR

Você está participando de uma pesquisa acadêmica cujo objetivo é Investigar o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular na perspectiva de professores e cuidadores. Desde já agradecemos sua participação respondendo aos questionamentos a seguir.

PARTE A – IDENTIFICAÇÃO

SEXO:

IDADE:

FORMAÇÃO:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA (EM ANOS) COMO PROFESSOR:

SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO

1. Você foi consultado (a) sobre a inserção do aluno TEA em sua turma?
2. Como teve conhecimento de que esse aluno ingressaria em sua turma?
3. Se você tivesse a opção de escolher entre receber e não receber esse aluno, qual seria sua opção? Por quê?
4. Você já havia recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com TEA no ensino regular? Em caso positivo, qual (is)?
5. Quando um professor recebe em sua turma um aluno com TEA, quais deveriam ser os procedimentos a serem adotados? Tem alguma sugestão?
6. Qual a percepção que você tinha do aluno com TEA antes de passar pela experiência de ter um desses alunos na sua turma?
7. De modo geral, o que você acha da inclusão de crianças com TEA na escola?
8. Você pensa que é justo e certo educar o aluno com TEA na escola comum ou você pensa que justo seria ele ter uma educação separada? Por quê?
9. Você acha que a inserção do aluno com TEA nas escolas traria algum aspecto positivo para este aluno? Quais? Você acha que traria algum efeito negativo? Quais?
10. Você acha que a criança com TEA foi ou não aceita pela turma? O que você acha que vai acontecer com ela na turma? Você acha que sua inserção terá algum efeito positivo para a turma? Você acha que terá algum efeito negativo? Quais?

Apêndice B – Roteiro Entrevista Semiestruturada – Cuidador

ROTEIRO DE ENTREVISTA DO CUIDADOR

Você está participando de uma pesquisa acadêmica cujo objetivo é Investigar o processo de inclusão do aluno com TEA no ensino regular na perspectiva de professores e cuidadores. Desde já agradecemos sua participação respondendo aos questionamentos a seguir.

PERFIL DO ENTREVISTADO

SEXO:

IDADE:

FORMAÇÃO:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA (EM ANOS) COMO CUIDADOR:

SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO

1. Você foi consultada sobre a inserção do aluno com TEA na escola?
2. Como teve conhecimento de que esse aluno ingressaria na escola?
3. Se você tivesse a opção de escolher entre receber e não receber esse aluno, qual seria sua opção? Por quê?
4. Você já havia recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com TEA no ensino regular? Em caso positivo, qual (is)?
5. Quando um professor recebe em sua turma um aluno com TEA, quais deveriam ser os procedimentos a serem adotados? Tem alguma sugestão?
6. Qual a percepção que você tinha do aluno com TEA antes de passar pela experiência de ter um desses alunos na escola que trabalha?
7. De modo geral, o que você acha da inclusão de crianças com TEA na escola?
8. Você pensa que é justo e certo educar o aluno com TEA na escola comum ou você pensa que justo seria ele ter uma educação separada? Por quê?
9. Você acha que a inserção do aluno com TEA nas escolas traria algum aspecto positivo para este aluno? Quais? Você acha que traria algum efeito negativo? Quais?
10. Você acha que a criança com TEA foi ou não aceita pela turma? O que você acha que vai acontecer com ela na turma? Você acha que sua inserção terá algum efeito positivo para a turma? Você acha que terá algum efeito negativo? Quais?